

**A ARTE DO “ACOLHIMENTO”: NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A  
SALVAGUARDA DO JONGO**

***THE ART OF “ACOLHIMENTO”: NEW PERSPECTIVES ON THE SAFEGUARD OF  
JONGO***

João Alípio de Oliveira Cunha

Como citar este artigo:

CUNHA, João Alípio de Oliveira. A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo. In: Cadernos do Lepaarq, v. XVI, n.31., p. 163-175, Jan-Jun. 2019.

Recebido em: 03/02/2019

Aprovado em: 16/04/2019

Publicado em: 30/06/2019

ISSN 2316 8412



## *A arte do “acolhimento”: novas perspectivas sobre a salvaguarda do jongo*

João Alípio de Oliveira Cunha\*

**Resumo:** Esse artigo é um desdobramento da pesquisa realizada entre os anos de 2016 e 2018 sobre a Casa do Jongo de Pinheiral, conhecida por ser um lugar onde os jongueiros desenvolvem praticamente todas as suas atividades – apresentações, projetos educacionais, turismo comunitário, festas religiosas e de lazer – mas é, principalmente, considerado por eles o “lugar do acolhimento”. O “lugar do acolhimento” tem sido na prática onde os jongueiros realizam a salvaguarda da cultura e deles próprios. Assim, pretendo através desse texto pensar a prática da salvaguarda do Jongo através dos jongueiros e suas múltiplas conexões com a história, a religião, a Casa do Jongo e o “território jongueiro”. Na primeira parte do texto faço uma análise do trabalho de campo realizado junto ao Grupo Jongo de Pinheiral e analiso a categoria “território jongueiro”, em conexão com seus saberes e relações com a própria história do jongo. Num segundo momento descrevo o processo de patrimonialização e salvaguarda do jongo que em diferentes situações os jongueiros foram protagonistas. Na última parte faço um relato de como a Casa do Jongo tem sido fundamental para concretização da salvaguarda do Jongo num ambiente de descaso e ausência de políticas públicas sérias para os jongueiros.

**Palavras Chave:**

Grupo Jongo de Pinheiral; “Território Jongueiro”; Salvaguarda; “lugar do acolhimento”.

**Abstract:** This article is a reflection of the research carried out between the years 2016 and 2018 on the Casa do Jongo de Pinheiral, known as a place where jinguiros develop practically all their activities - presentations, educational projects, community tourism, religious festivals and leisure - but it is mainly considered by them the “place of welcome”. The “place of the reception” has been in practice where the jinguiros realize the safeguard of the culture and of their own. Thus, I intend through this text to think of the practice of safeguarding the Jongo through the jongueiros and their multiple connections with history, religion, the Casa do Jongo and the “jongueiro territory.” In the first part of the text I make an analysis of the fieldwork carried out with the Jongo de Pinheiral Group and analyze the category “jongueiro territory”, in connection with its knowledge and relations with the history of jongo. In a second moment I describe the process of patrimonialization and safeguard of the jongo that in different situations the jongueiros were protagonists. In the last part I make an account of how the Casa do Jongo has been fundamental for realizing the safeguard of Jongo in an environment of neglect and absence of serious public policies for the jongueiros.

**Keywords:**

Grupo Jongo de Pinheiral; “Jongueiro Territory”; Safeguard; “place of reception”

\* Licenciatura plena em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e História pela Universidade Federal Fluminense, mestre e doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: joaocunha@id.uff.br.

## INTRODUÇÃO

Minha raiz é negra, veio de Angola distante  
Nas margens do Paraíba, em Pinheiral, Meu Caxambu responde  
Meu avô me ensinou a tocar tambu  
Meu avô me ensinou a respeitar os cumba  
Foi ele quem me disse pra não tomar banho de rio  
Que a água do rio afunda/Meu avô me aconselhou  
A toma banho na beiradinha, toma banho na beiradinha  
A toma banho na beiradinha, toma banho na beiradinha<sup>1</sup>.

A investigação realizada, junto ao grupo Jongo de Pinheiral, na dissertação, apontou que seus integrantes possuem uma relação com o Vale do Paraíba, considerado por todos, como um “território jogueiro” formado na experiência do cativo e na formação dos grupos de jongo na região e, também, vivenciado por meio de um devir jogueiro, em que o fogo da fogueira esquentava o tambor para que possa “dar um som; o vento traz a batida dos tocadores; a água do rio Paraíba [...] conecta todos ao longo de seu curso e a terra do vale, o chão em que os ancestrais morreram e onde os jogueiros pisam ao dançar”. (pai Pedro Paulo Nogueira, 2017). Ensinaamentos transmitidos através de histórias, narrativas, brincadeiras e rituais reafirmam o sentido atribuído pelos jogueiros ao Vale, porque afinal, como fala o ponto de jongo: “Nas margens do Paraíba, em Pinheiral, meu caxambu responde”!

No grupo de Pinheiral, a Casa do Jongo é o lugar onde desenvolvem suas atividades – apresentações, desenvolvimento de projetos educacionais e de turismo, festas religiosas e de lazer – mas é, principalmente, considerado por eles o “lugar do acolhimento” onde se realiza a salvaguarda da cultura e dos jogueiros que a praticam: “Quem faz a cultura somos nós. Quem faz a salvaguarda da cultura somos nós aqui, na dificuldade e na simplicidade. Fazemos isso pela pessoa e cultura”. (Maria de Fátima da Silveira, 2017). O acolhimento na casa tem como protagonista a mestra e liderança jogueira Maria de Fátima da Silveira, a Fatinha que também é Equede no terreiro de candomblé Angola Unsaba Ionene: “a acolhida da Equede é nada mais do que de uma mãe. Ela é a todo momento uma mãe embora não tenha gerado algum filho biológico, uma mãe espiritual”, me ensinou Pai Pedro Paulo. Esse estudo tem como objetivo pensar os processos de patrimonialização e de salvaguarda do Jongo através da perspectiva dos jogueiros e suas múltiplas conexões com a história, a religião e o “território jogueiro”.

Nesse artigo trago narrativas, histórias, memórias e etnografias dos jogueiros que contribuíram diretamente para a reflexão sobre a salvaguarda do jongo/caxambu. A liderança jogueira Maria de Fátima da Silveira, a Fatinha é a principal liderança jogueira de Pinheiral que junto com suas irmãs Maria Amélia da Silveira, a Memeia e Maria das Graças da Silveira, a Gracinha organizam a Casa do Jongo. Outros importantes jogueiros para a comunidade são: o Alexandre da Silva Belisario, o Cheiroso que é um exímio bailarino e contador de histórias e pai Pedro Paulo Nogueira, sobrinho do eterno mestre jogueiro Cabiúna. Esses saberes são potentes para pensarmos as ações de salvaguardas realizadas pelos jogueiros num contexto de quase total ausência do estado brasileiro com o cumprimento das políticas públicas.

---

<sup>1</sup> O ponto “Minha raiz é negra” foi criado pelo professor Alexandre Carvalho dos Santos do Departamento de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Valdeci Francisco da Silva do Grupo jongo de Pinheiral.

## **O JONGO EM PINHEIRAL**

A bença papai, a bença mamãe, também.  
Eu não sou mal – criado para ninguém<sup>2</sup>.

Pedindo licença aos ancestrais jongueiros, realizei uma etnografia sobre o Grupo Jongo de Pinheiral. Durante o trabalho de campo convivi com as lideranças da Casa do Jongo de Pinheiral, realizei entrevistas e mantive conversações sobre os temas que desenvolvo nesse estudo. Também trabalhei com os jongueiros para desenharmos juntos uma estratégia de implementação do Turismo Comunitário incluindo feiras de artesanato para geração de renda.

A Casa do Jongo de Pinheiral é a sede do Grupo Jongo de Pinheiral que reúne uns oitenta jongueiros do município de Pinheiral. É uma casa alugada com um amplo pátio na Rua Bulhões de Carvalho, 146. Centro. Ela funciona desde 2009 como Centro de Referências Afro do Sul Fluminense – CREASF e um Ponto de Cultura<sup>3</sup>. O CREASF foi criado em 1996 e funcionou, por um tempo, na igreja de Nossa Senhora da Conceição em Pinheiral. Mas, devido a problemas que surgiram com o padre daquele período, que não aceitava o jongo na paróquia, foram despejados. Assim, durante um período, o acervo e suas atividades se concentraram na casa da liderança jongueira Fatinha até que foram contemplados no edital de Pontos de Cultura de 2008, possibilitando alugarem uma casa. O espaço foi conseguido também através da remuneração de trabalhos coletivos realizados pelos jongueiros com as escolas da região do Vale do Paraíba. Como CREASF e ponto de cultura, os jongueiros realizam atividades que visam dar continuidade à prática do jongo e incentivar a capacitação dos membros da comunidade.

Atualmente, a cidade de Pinheiral possui uma área total de 76,5 Km<sup>2</sup>, correspondente a 1,2 % da região do Médio Paraíba. Segundo o site oficial da prefeitura municipal, a população é de 24.282 habitantes, numa densidade de 296, 86 habitantes por m<sup>2</sup>. Seus municípios vizinhos são: Barra do Piraí, Volta Redonda e Piraí. O acesso à cidade pode ser pela rodovia BR-116 (Via Dutra) e as rodovias estaduais RJ – 141 e RJ- 145, além de possuir um ramal ferroviário da antiga estrada de ferro Central do Brasil, que hoje é utilizada apenas para o transporte de aço da companhia siderúrgica nacional – CSN.

Os integrantes do Grupo Jongo de Pinheiral pertencem a famílias jongueiras descendentes dos negros escravizados que trabalhavam nas antigas fazendas da região no século XIX. A principal delas era a fazenda São José do Pinheiro, antiga sede dos domínios de José Joaquim de Souza Breves, e que deu nome a atual cidade de Pinheiral, fundada em 13 de junho de 1995, que antes era um distrito do município de Piraí. Havia outras propriedades na região, também pertencentes à família Breves (ABREU et al, 2010, p. 18). José Joaquim de Souza Breves (1804 - 1889) foi um dos maiores fornecedores de mão-de-obra para o Vale do Paraíba tendo ligações diretas com o tráfico ilegal de negros escravizados, ele usava a mão obra escravizada nas suas fazendas e era um dos maiores produtores de café da região. Suas fazendas eram consideradas, na época, um imenso empreendimento com infraestrutura moderna. Eram nove propriedades localizadas nos municípios de Barra Mansa, Angra dos Reis e Piraí, todas no Estado do Rio de Janeiro (LOURENÇO, 2015).

Para os jongueiros desse grupo, o tempo do cativo e a experiência da escravidão continuam presentes e a memória da escravidão constitui um “território jongueiro” que se expande através de três regiões: no Vale do Paraíba, no litoral Norte fluminense e Litoral Sul fluminense; espaços onde houve grande circulação de africanos escravizados nas antigas plantações de café do vale. Através do jongo, os descendentes dos negros escravizados dão vida a uma memória que salienta a experiência de resistência e de morte dos ancestrais durante a escravidão. Para os jongueiros, a memória do cativo é,

---

2 O ponto de jongo “A bença” é cantado pelo Grupo Jongo de Pinheiral.

3 Os Pontos de Cultura é uma ação do Programa Cultura Viva, do Ministério da Cultura (MinC), que, desde 2007, atua em parceria com os governos do estado, apoiando iniciativas culturais bem-sucedidas da sociedade civil. Disponível em <<http://www.cultura.rj.gov.br/projeto/rede-de-pontos-de-cultura-do-estado-do-rio-de-janeiro>>. Acessado em 15 de Janeiro de 2018.

atualmente, reatualizada pela resistência que eles associam à noção de quilombo e na maneira como o jongo permite a conexão com o passado (ABREU et al, 2010). A prática dessa cultura é o fundamento da memória quilombola.

A formação do território jongueiro é fruto de um processo de desterritorialização de africanos de diferentes regiões para serem escravizados nas lavouras de café no continente americano. A chegada dessas populações em solo brasileiro marcou um processo altamente elaborado de reterritorialização, que pode ser vista por meio de agenciamentos, combinações e conexões com elementos das culturas ameríndias e cristãs, possibilitando a formação de novos territórios existenciais. (Guatarri, 1992, p.12-13). Tais territórios existenciais foram definidos por Lucinda (2016) como territórios religiosos.

Em sua pesquisa, Lucinda (2016) encontrou uma variedade de manifestações umbandistas na Cidade de Valença que foram analisadas não através de uma adesão irrefletida de definições correntes sobre o sincretismo no campo das religiões de matriz afro-brasileiras, mas sim, pensada através de conexões que se dão entre heterogêneos enquanto heterogêneos, das relações estabelecidas entre diferenças enquanto diferenças, uma heterogênese (GOLDMAN, 2015 apud GUATARRI, 1992), conceito que tem como princípio encarar o diferencial não como mera oposição ou tão pouco negação, mas entendê-lo na ordem da criatividade ou criação.

A primeira vez que escutei o conceito “território jongueiro” foi pelas lideranças da comunidade de Pinheiral. Paragrafo: Era uma tarde de domingo na Casa do Jongo, quando me apresentaram um livro feito de pano intitulado: “Tecendo e contando a historia que não foi contada”, elaborado em 2013<sup>4</sup>, onde pode entender o “território jongueiro”. No livro a comunidade ensina cenas de sua história e da região. Na segunda página há um mapa colorido do Vale, em que está desenhado o curso do rio Paraíba e a localização das comunidades jongueiras nas margens. No espaço de cada comunidade, costurados no mapa, há bonecos de casais de jongueiros com as roupas características de suas localidades, seus tambores e suas casas<sup>5</sup>. O curso da água do rio Paraíba é o referencial que conecta as comunidades e a história. As marcas do cativo ficaram inscritas no pano que mostram o corpo inteiro da região.

**Figura 1:** O livro de panos. 2017. **Fonte:** Autor



4 O trabalho foi realizado em parceria com a professora Aressa Rios, contadora de histórias, e com a artesã Lena Martins, do Rio de Janeiro.

5 As roupas dos bonecos do quilombo de São José da Serra são brancas, pois essa é a cor distintiva do lugar até hoje. As roupas dos bonecos dos outros lugares da margem do rio Paraíba são coloridas e variadas. Do Quilombo de Tamandaré as blusas são amarelas e saias xadrez, no Grupo Jongo de Pinheiral o boneco tem blusa amarela e calça azul e a parceira possui blusa branca com saia verde e amarela, na de Barra do Pirai o boneco está com roupa verde e vermelha e a boneca blusa amarela e vestido colorido, em Arrozal as jongueiras estão com blusa branca e saia rosa. Por fim, em Vassouras o boneco está com blusa branca e calça verde e a boneca com blusa branca e saia azul com flores.

O mapa é o “território jongueiro” materializado no espaço e num tempo vivido através do Jongu. Segundo, Fatinha: “a memória do rio e a dos jongueiros se confundem porque sempre se cantou as histórias do rio Paraíba e a do negro jongueiro em busca da liberdade e melhores dias, onde narram a história das comunidades jongueiras no entorno do rio Paraíba”. (CUNHA, 2018, p. 53).

Para os membros do Grupo Jongu de Pinheiral, a presença dos ancestrais que morreram se concretizou recentemente na atribuição de terra para o grupo. No dia 07 de junho de 2016 foi assinado um termo de ajustamento de conduta – TAC entre o Ministério Público Federal e a Prefeitura Municipal com o objetivo de efetivar a regularização fundiária do município. Como é um município que foi criado recentemente, todas as suas terras pertenciam à União. Para cumprir o TAC propôs-se ao município de Pinheiral, na gestão do prefeito José Arimathea Oliveira (2012 – 2016), que 2812,29 m<sup>2</sup> das terras da fazenda Pinheiros fosse direcionada para o grupo, o TAC:

Parágrafo segundo – O Município deverá também estabelecer, no prazo de 90 dias, a utilização de imóvel retomado em área central para fins de preservação do patrimônio imaterial da cidade notadamente, o jongu, oferecendo a estrutura necessária para a sua valorização e a preservação da memória. (Ministério público Federal, 2016, p.6).

O TAC foi assinado em 07 de junho de 2016 e a doação de terra foi aprovada, na Câmara dos Vereadores, no dia 20/12/2016. Uma parte da terra da fazenda na estação da Estrada de Ferro pertence ao Grupo Jongu de Pinheiral localizado na frente da Casa Grande, conhecida como o Casarão que, atualmente, está em ruínas. Essa informação está de acordo com o Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Pinheiral<sup>6</sup> que registra a formação do grupo de jongu da cidade que se auto intitula remanescente do Quilombo de Pinheiral. O estado precário do Casarão deve-se aos inúmeros casos de concessão do espaço e aos constantes incêndios e roubos que ocorreram na propriedade nos anos de 1986 e 1990, quando se encontrava sob a posse da Universidade Federal Fluminense - UFF.

A UFF não procurou por culpados e tão pouco realizou reparações aos danos que foram causados. Devido a seu estado em ruínas, a terra adjudicada ao Grupo Jongu de Pinheiral só fica sendo utilizada esporadicamente pelos jongueiros para realizar rodas de jongu e é mantida por eles como um lugar de memória onde recebem a visita de escolas e turistas. Uma das dificuldades com a terra, é que atualmente as casas adjacentes às ruínas da fazenda estão habitadas por famílias que não são de descendência negra e que veem com receio a chegada dos jongueiros. Para os jongueiros a ocupação efetiva das suas terras é fundamental para evitar que a memória do passado da escravidão seja apagada, e também, para segurar a construção de uma sede definitiva da Casa do Jongu. Para eles o Turismo comunitário na fazenda, e as visitas guiadas centradas no protagonismo das famílias jongueiras, é um canal necessário para garantir que essa memória permaneça viva.

O Grupo Jongu de Pinheiral, através da liderança da Fatinha em conjunto com outras lideranças quilombolas e representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Ministério Público Federal de Volta Redonda, trabalharam no combate ao Turismo de cunho racista realizado pela fazenda Santa Eufrásia. O coletivo elaborou o que veio a se chamar Termo de Ajustamento de Conduta Fazenda Santa Eufrásia, que se consolidou no dia 29 de março de 2017. Com a elaboração desse documento foram criadas obrigações “de não fazer” e “de fazer” a proprietária da fazenda. A partir do ano 2000, no V Encontro de Jongueiros em Angra dos Reis/RJ, foi criado o movimento da Rede de Memória do Jongu e do Caxambu, que tinha como meta criar canais que possibilitassem laços de solidariedade entre os grupos de jongu, no intuito de valorizar a memória do jongu e de lutar por melhores condições de vida. Embora esse movimento não tenha tido uma longa duração devido a problemas de recursos:

---

<sup>6</sup> Os relatórios histórico-antropológicos são pré-requisitos legais para o reconhecimento oficial das comunidades remanescentes de quilombos. O Relatório do Quilombo de Pinheiral foi feito para atender o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

A criação da Rede de Memória do Jongo e do Caxambu e criação do Encontro de Jongueiros fazem parte de uma mesma história, a história da organização das comunidades jogueiras, que teve como conquista a aprovação do registro do jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Conselho Consultivo do IPHAN, em reunião realizada no dia 10 de novembro de 2005. (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2010, p. 2).

O Jongo/Caxambu<sup>7</sup> foi registrado no dia 15 de dezembro de 2005 no Livro das Formas de Expressão como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil (processo número: 01450005763/2004-43). Dois dias depois, ocorreu uma proclamação pública do registro do Jongo como Patrimônio Cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, do Ministério da Cultura – Minc. Isso aconteceu durante o X Encontro de jogueiro no município de Santo Antônio de Pádua, no Estado do Rio de Janeiro. A formação do inventário de registro do jongo contou com a colaboração ativa das comunidades jogueiras, o IPHAN e o Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu<sup>8</sup>. Contudo, após o reconhecimento pelo Estado, do Jongo como Patrimônio Imaterial, surgiu o desafio de construir um diálogo com as comunidades jogueiras para assegurar a salvaguarda do jongo no futuro. Assim:

Buscar a compreensão de patrimônio por parte dos sujeitos envolvidos, a identificação dos meios e motivos que garantiram a salvaguarda do patrimônio ao longo do tempo, e participar do diálogo sobre as diversas concepções e apropriações, constituem desafios do diálogo nas políticas públicas de cultura. (CUNHA et al 2015, p.8966)

Mesmo com algumas conquistas dos jogueiros de Pinheiral frente a políticos locais no ano de 2013, através do projeto<sup>9</sup> de lei 708, culminando no Dia Municipal do Jongo, comemorado no dia 07 de abril, uma homenagem ao dia de nascimento do Mestre José Oliveira Cabiúna (1920-1993), liderança respeitada por ser um dos fundadores mais importantes do Grupo Jongo de Pinheiral e por ter mantido a tradição viva no Vale do Paraíba<sup>10</sup>, ainda há um quadro de completa contradição, onde os jogueiros vivem o reconhecimento do Jongo/Caxambu como patrimônio cultural brasileiro e perpetuação da desigualdade de acesso a políticas públicas em geral, no que tange “as políticas universais quanto às políticas focais. Isso leva à concepção da política de salvaguarda também como política de inclusão e de garantia de direitos.”. (MONTEIRO e SACRAMENTO, 2010, p. 14).

O Grupo Jongo de Pinheiral, através da liderança da Fatinha em conjunto com outras lideranças quilombolas e representantes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Ministério Público Federal trabalharam no combate ao Turismo de cunho racista realizado pela fazenda Santa Eufrásia. O coletivo elaborou o que veio a se chamar Termo de Ajustamento de Conduta Fazenda Santa Eufrásia, que se consolidou no dia 29 de março de 2017. Com a elaboração do TAC Santa Eufrásia foram criadas obrigações “de não fazer” e “de fazer” a proprietária da fazenda. Dentre muitas, as obrigações de “não fazer”, havia uma cláusula que tornava proibida a encenação e o uso de roupas por pessoas que as caracterizassem como mucamas. Em relação às obrigações “de fazer”, a fazendeira foi obrigada a colocar placas informativas sobre a história da escravidão com um conteúdo de denúncia e crítica sobre o processo brutal que foi a escravidão negra. Além disso, a mesma foi obrigada a participar de um curso de capacitação com as comunidades negras, jogueiras e quilombolas da região. (CUNHA, 2017).

---

7 Como em algumas comunidades, a prática é denominada “caxambu”, foi feita a opção pela utilização dos dois termos Jongo/Caxambu, apesar do registro de patrimonialização incluir apenas “Jongo”, uma vez que o registro é do “Jongo no Sudeste”. (VIANNA, 2008). Em Pinheiral, entretanto, utiliza-se a palavra jongo.

8 O Pontão de Cultura do Jongo/Caxambu é um programa de extensão desenvolvido pela Universidade Federal Fluminense, em parceria com as comunidades jogueiras e a Rede de Jovens Lideranças Jogueiras do Sudeste.

9 O idealizador da homenagem foi o vereador Claudio Fadul e apoiado pelo prefeito anterior a gestão atual, o José de Arimathea.

10 Os principais patrimônios histórico-culturais da cidade são as ruínas da Fazenda Pinheiros, a Fazenda Três Saltos, a Fazenda do Forte, as olarias de tijolos e telhas que foram construídas entre 1920 e 1930, a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, que começou como uma capela construída em 1928, o Santos Social Club fundado em 1964 e o Capitólio Futebol Clube fundado em 27 de outubro de 1926, e por fim, a Casa do Jongo.

## **A CASA DO JONGO É O “LUGAR DO ACOLHIMENTO”**

Minha mãe é uma sereia  
Mora no fundo do mar  
Eu também sou filho dela, aí meu Deus do céu  
Moro no mesmo lugar.<sup>11</sup>

A Casa do Jongo possui um espaço, razoavelmente, grande. Na parte externa, há um pátio, um espaço de convivência, dois banheiros, uma biblioteca, um quarto de equipamentos e outro para receber as visitas que pernoitam. Na parte interna, encontramos uma cozinha, sala de informática, sala de reuniões, escritório e uma sala que a Fatinha chama de “museu do jongo”, onde são guardados os tambores, os quadros de antigos mestres jogueiros e, há também, um altar com os santos católicos, como São Benedito, São Jorge, São Cosme Damião e Nossa Senhora de Nazareth. Nessa sala são realizados os principais rituais da comunidade. As pessoas também vão lá para fazer os seus pedidos e rezarem. Ao entrar nela, os jogueiros dizem que se encontram com sua ancestralidade e força espiritual. Lá eles estão sempre acendendo uma vela e colocando um copo com água no altar dos santos.

Segundo Fatinha, a Casa do Jongo é o “lugar do acolhimento” que se manifesta através de uma intensa circulação de pessoas de diferentes idades, classe, raça e gênero. Algumas dessas são pessoas de fora que vem visitar o lugar, especialmente, durante as festas de Sant’Ana e São Benedito. Mas há umas oitenta pessoas que constituem o núcleo da comunidade do Grupo Jongo de Pinheiral e participam mais assiduamente na manutenção do lugar.

O acolhimento começa pela forma como a casa está organizada coletivamente pelos membros do grupo para receber os visitantes. Cada sessão da casa, o pátio, a cozinha, a biblioteca, o “museu” e o quarto de hóspedes estão articulados num plano de trabalho gerado coletivamente, para oferecer um conjunto de serviços diferenciados para os visitantes. Grande parte do sentimento de pertencimento a casa, nasce durante a realização dessas tarefas, as quais vão mudando ao longo do ano, a depender das festividades rituais e dos eventos dos jogueiros.

Para receber as pessoas na nossa casa existe toda uma preparação da comunidade. Tem o pessoal que faz o circuito das visitas na fazenda, o da cozinha, o que faz as palestras, que faz a animação das oficinas de dança e de percussão e os contadores de história. Existe um movimento de toda a casa e comunidade para que a gente receba um grupo aqui e vejo isso como uma importância social imensa, tanto para a visita, como para nós jogueiros por poder falar das nossas coisas, história, vida e vivência. (Maria de Fátima da Silveira, 2017).

---

**11** O ponto de jongo *Minha mãe é uma sereia* foi escrito por Teresinha de Jesus, do Quilombo fazenda São José da Serra, cantado por todas as comunidades do Vale do Paraíba.



A distribuição das tarefas é instrumental para conseguir dirigir as atividades para públicos diferenciados, como os estudantes das escolas da região, os universitários, e as pessoas que estão procurando suas raízes através da história do grupo. Segundo os jongueiros, é o trabalho de organização coletiva, de diferenciação das tarefas e de direcionamento dos serviços para os públicos variados, que possibilita o “crescimento” da casa. Atualmente o prédio é alugado, mas os jongueiros tem a esperança de conseguir financiamento para construir uma casa definitiva nas terras na Fazenda de Pinheiral que lhes foram atribuídas.

A Casa do Jongu é um lugar para as pessoas visitarem. É a casa da gente, casa nossa. Mas, queria que fosse maior. Ganhamos o terreno lá do casarão. Tomara que apareça um empresário para nos ajudarmos a fazer a casa. Para sair do aluguel. Aqui é a Casa do Jongu para mostrar que o jongu tem uma casa, tem um lugar que se chama a Casa do Jongu. (Alexandre da Silva Belisário, 2017).

O “lugar de acolhimento” da comunidade apresenta uma “importância social imensa”, pois possibilita aos jongueiros falarem de sua história e suas vidas para aqueles que vem visitar o grupo, mas também, para eles é uma forma de fortalecimento pessoal e coletivo. O “crescimento” dos jongueiros se torna efetivo através da divisão das tarefas em que todos possuem um papel importante, tanto na manutenção interna da casa como na recepção das pessoas de fora. Segundo, Maria das Graças da Silveira nesse acolhimento estão presentes as “trocas de experiência”. As pessoas vão até a casa para aprender os conhecimentos que estão guardados e que são alimentados naquele espaço: “muitas acabam se tornando amigas da comunidade e passam a participar da nossa vida no dia-a-dia. Então isso prova que o trabalho está bom porque nós estamos acolhendo e acolhendo bem”. (Maria das Graças da Silveira, 2017).

A noção de “acolhimento”, interessantemente, envolve a ideia de uma dupla negativa. Mais do que dizer que a “porta está aberta para todos”, os jongueiros falam que “a porta não está fechada para ninguém”. Essa expressão sugere uma noção de que a casa recebe as pessoas de fora que se aproximam por desejo próprio. Nesse sentido, os jongueiros não estão fazendo proselitismo. Eles não saem à procura de visitantes, mas se dispõem a abrigar quem os procurar.

A porta de jongu não está fechada para ninguém. Eu vou falar para você, a gente acolhe. Mostramos o que é a dança. Só que as pessoas têm que vir também de coração aberto, coração feliz, coração com vontade de dançar. Acolher não é só acolher a pessoa. Acolher a pessoa é ela se sentir bem no lugar que está. (Alexandre da Silva Belisário, 2017).

Para Cheiroso é necessário, portanto, que a pessoa chegue na casa por decisão própria e que esteja de “coração aberto”, coração com “vontade de dançar” e que nesse dançar ela sinta e espalhe “alegria”. Nesse sentido, quando o jongueiro afirma que não basta apenas que uma pessoa entre na roda do jongu, pois ela precisa ter o “jongu no sangue”, ele se refere a uma noção complexa de ancestralidade que combina descendência, memória do passado e atitude pessoal. O “jongu no sangue” é aquele que honra os jongueiros do passado, que lutaram e morreram para que o jongu estivesse vivo no presente. É uma questão de desejo pela memória do passado, pelo lugar e pelas pessoas com quem se compartilha a experiência da roda.

Não é para ofender. É porque a pessoa não precisa estar no lugar onde não gosta. O jongu é aonde eu dancei com muita gente, cara. Dancei com muita gente. E as pessoas dançavam com alegria e não tinham esses problemas. Hoje você não vê mais as pessoas dançarem com alegria. As pessoas vão para serem filmadas. O dançar tem que estar no sangue. (Alexandre da Silva Belisário, 2017).

O “acolhimento” brindado pela Casa do Jongu apela para essa vontade de quem entra na casa e na roda. Dessa forma, não é apenas dançar, pois “dançar tem que estar no sangue”. O “acolhimento” ofertado pela casa também aciona a ancestralidade, através da formação particular da Fatinha e seu envolvimento com o terreiro de candomblé angola Unsaba

Ionene do pai Pedro Paulo. Para os jongueiros “é ela a cabeça disso tudo”, que planeja e orienta o grupo:

A Fatinha é a cabeça disso tudo, né João! Eu e ki-suquinho ficamos ouvindo muito ela. Ela fala cada coisa assim certa na Casa do Jongu. Igual o que ela falou para os alunos. Ela fez uma apresentação e disse: “o dia que vocês quiserem voltar, se sentirem bem para fazer parte do grupo, nós estamos aqui para acolher vocês. Um aluno da professora Renata ficou apaixonado e disse: “eu quero fazer parte de algum grupo eu vou vir para cá!”. A Fatinha respondeu: “a casa nossa está aí para acolher você”. Então, isso não é bonito? Eu vou falar para você, a gente só tem que bater palmas. (Alexandre da Silva Belisário, 2017).

Esse acolher é uma prática que ela trás da época em que exercia sua função no terreiro do Pai Pedro Paulo como Equede, uma função que na nação Angola é denominada como Cota. Pai Pedro Paulo me explicou que: “essa acolhida da Equede é nada mais do que de uma mãe. Ela é a todo momento uma mãe, ela tem que saber se situar e se colocar pois ela é uma mãe, embora não tenha gerado filho algum, filho biológico, mas ela é uma mãe espiritual”. Para ele a Equede possui o “dom de acolher”, e que não é por acaso que a Fatinha construiu a Casa do Jongu como o “lugar do acolhimento”.

Ela tem que ter esse dom de acolher, ser mãe, amiga, professora, sábia tanto quanto o Pai de Santo. Embora ela tenha as restrições ela não é Mãe de Santo, ela é Equede tem o limite dela, mas tem tanto quanto sentir na pele, no coração e na alma aquilo que ela está fazendo. Acho isso muito importante a Equede que não sente na alma não é uma boa Equede. (pai Pedro Paulo Nogueira, 2017).

Fatinha entende esse trabalho de “acolhimento” como uma “missão”. Ela me disse que como “o jongu está inserido dentro das matrizes africanas”, os pretos velhos e os jongueiros mais velhos sempre mandam mensagens pedindo para “não desistir nunca de manter essa memória”:

Eu costumo falar que eu tenho é uma missão enquanto Deus quiser que eu faça isso, inclusive os pretos velhos mandam essa mensagem para gente. A avó Natalia, a mãe do pai Pedro Paulo estava no hospital. Fomos visitá-la com uns 93 anos que ela faleceu. Ela cantou um ponto de jongu para nós na cama e pediu para não desistirmos nunca de manter essa memória. A gente trás isso na nossa bagagem de vida sim, sabe. (Maria de Fátima da Silveira, 2017).

A “missão” e o “acolhimento” fazem parte da “bagagem de vida” da Fatinha de uma maneira semelhante ao trabalho que ela realizava no terreiro de Angola, quando ela era uma Equede em atividade. Para ela, o “acolhimento” é “uma dedicação para toda vida”. Desde que ela assumiu a cabeça da Casa do Jongu ela não consegue mais participar na vida do terreiro de maneira regular, mas para ela o respeito aos jongueiros mais velhos que infundem coragem para seguir para frente cumprindo o calendário de atividades da Casa apesar de todas as dificuldades financeiras.

Esse ano nós passamos dificuldade, sabe. Nem por isso deixamos de cumprir o nosso calendário e fazer todas as atribuições. Mas é também as forças que eles dão para gente! Vamos cumprir a nossa missão, como é o caso de quem está no terreiro. Aqui é uma missão também! Igual meu pai [pai Pedro Paulo], ele dedicou a vida todinha dele para o santo. Ele é mais novo do que eu e eu conheci ele trabalhando desde os sete anos. Eu o acompanhei. (Maria de Fátima da Silveira, 2017).

A “missão” da Fatinha é materializada na Casa do Jongu como o “lugar do acolhimento”. Durante o tempo em que estive com o grupo observei que os jongueiros participavam frequentemente das reuniões de terça-feira que eram um momento de encontro para conversar, planejarem as atividades do grupo e de comerem todos juntos. Havia toda uma sociabilidade promovida pela Fatinha na casa que possibilitava o acolhimento dos integrantes do Jongu de Pinheiral. Sobre o acolhimento dos jongueiros Fatinha me dizia:

Então a gente conseguiu acolher muito jongueiro que estava perdido por ai sabe. Agora é o momento, você não vai estar aqui e a gente vai sair de férias amanhã. Passar uma semana eles começam: “que dia que a gente vai voltar?” “que dia que vai ter reunião?” “Que dia que a gente vai voltar”, entendeu. Eles sentem falta porque não tem aonde ir não tem uma vida social não tem um convívio de grupo o povo negro aqui não tem. (Maria de Fátima da Silveira, 2017).

O acolhimento realizado na Casa do Jongu proporciona uma “vida social” aos integrantes do grupo, possibilitando um novo olhar sobre a salvaguarda do jongo e do jongueiro.

Por isso que eu falo e tenho batido muito nisso porque as pessoas ficam lá na capital no ar condicionado falando em nome da gente, mas não vive o que a gente vive aqui. Sabe não passa o que a gente passa aqui. E a gente faz isso pela pessoa e pela cultura também. Quem faz a cultura somos nós. Eu não ando admitindo mais esse povo ficar com essas conversas fiadas. Gente quem faz a salvaguarda da cultura somos nós aqui, na dificuldade na simplicidade somos nós. Então eu acho que isso tem que ser respeitado. (Maria de Fátima da Silveira, 2017).

Fatinha entende o acolhimento realizado pela Casa do jongo aos jongueiros como uma maneira de salvaguardar a “pessoa” que é o jongueiro e a cultura expressa através do jongo. As atividades de comer, encontrar, viver na casa fazem parte do acolhimento, e são fundamentais para a formação de “circuitos de reciprocidade” (RABELO, 2014) que são presenciados no dia-a-dia na Casa em que os jongueiros se ajudam como uma família. Como destacou durante o campo Gracinha: “Olha, João a gente aqui briga, mas nós somos uma família! Aqui todo mundo participa e todo mundo se ajuda.”.

Segundo Rabelo (2014), no terreiro de candomblé o preparo, a oferta e distribuição da comida são dimensões centrais na vida de um terreiro, pois com a circulação da comida o terreiro garante a transmissão do axé. E mais, o ato de comer é significativo para a dinâmica relacional no candomblé. Para a antropóloga, “Distribuída com generosidade, mas às vezes também retida, roubada e conquistada, consumida como meio para refazer as forças, bem como objeto de pura fruição, a comida põe em movimento relações entre os integrantes do terreiro”. (RABELO, 2014, p. 250).

O ato de comer envolve todas as atividades realizadas na Casa do Jongu alimenta todos os circuitos de reciprocidade que são constituídos pelo fato da casa ser um lugar de acolhimento das pessoas que vão até ela. Durante a minha estadia era comum que em todas as reuniões de terça-feira os jongueiros trouxessem uma comida e bebida para que ao final da reunião comessem todos juntos. O ato de comer é também um ato de acolher impulsionado na Casa do Jongu que pode ser observado na festa de Sant’Ana, organizado pela comunidade jongueira.

Fatinha explica que “Sant’Ana era padroeira de Piraí. O povo de Pinheiral sempre dançou no dia de Sant’Ana porque era feriado, mesmo, após a emancipação”. Após a formação da cidade, a festa passou a ser organizada pela Casa do Jongu envolvendo ainda mais os jongueiros do grupo: “Então, a gente tem muito orgulho de manter a festa comunitária, onde todos contribuem com as coisas e fazemos a novena na casa da minha mãe e de outras pessoas que pedem para a gente rezar”. Para, Meméia:

As novenas foram maravilhosas com muita fé e super organizado. No dia a festa é uma contribuição de todos. Acho que a gente fez valer mostrando para as pessoas que tem que ter muita fé. Também saber respeitar a diversidade, as religiões de cada um. Ao longo dos anos na organização da festa de Sant’Ana nós conseguimos parar e pensar. Construímos juntos um ponto específico para Sant’Ana e o cortejo especial para esse dia. O altar lá, a gente já fazia um altar, mas hoje em dia todo mundo contribui, cada ano ele fica diferente e é uma contribuição comunitária e fomos montando a festa de Sant’Ana. E a festa é isso, é muita fé, santa e o povo junto caminhando. (Maria Amélia da Silveira, 2017).

A festa é realizada através de doações, o que Meméia chama de “contribuição comunitária”, com muita comida e bebida. Ao término da reza do último terço, as pessoas procuram o prato principal da festa feito pelos jongueiros, que é a Canjiquinha. “No dia de Sant’Ana a principal comida que servimos é a canjiquinha, que é comida de negro escravizado. A nossa é especial, é única!”. Outros alimentos também são distribuídos como doces, broa de milho, bolos e um saboroso quentão. Felizes, os jongueiros servem os visitantes e comem junto com eles. Como destaquei anteriormente, o ato de comer forma um “circuito de reciprocidade” (RABELO, 2014).

A festividade é também um dos momentos em que a Casa do jongo vivencia o acolhimento, pois “é uma oportunidade de contar as nossas coisas, falar de coisa de preto!”, destaca Fatinha. Ela entende a festa não apenas como uma oportunidade de cultivar o santo católico, mas também, o momento de apresentar a cultura jongueira para aqueles que a visitam: “Nós temos que mostrar um potencial, trabalho e uma história de vida para que as pessoas possam reconhecer e dar um retorno. Porque nós não temos nada. A não ser a nossa bagagem cultural, que é nossa!”, destacou Fatinha que compreende o acolhimento nas festas como uma das mais importantes contribuições para a Casa do Jongo. Assim, entende que o retorno para a casa deve vir através do reconhecimento do trabalho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu vou me embora. Minha casaca fica aí.  
Quando eu volta minha casaca tem que ir<sup>12</sup>

Através da pesquisa pode-se concluir que a Casa do Jongo é o “lugar de acolhimento” com uma “imensa importância social” para os jongueiros que circulam no espaço e compartilham diferentes valores religiosos, culturais, políticos e sociais. Através da organização coletiva dos jongueiros na Casa do Jongo eles promovem a salvaguarda dos jongueiros, e conseqüentemente, a do próprio patrimônio imaterial, devido a ausências de políticas públicas por parte do IPHAN, que há anos não vem atendendo necessidades básicas do grupo que permanece excluída na região do Vale do Paraíba.

Espero que o artigo possa contribuir para entendermos como as comunidades tradicionais jongueiras estão se articulando e resistindo em face da ausência do cumprimento da salvaguarda. A casa do Jongo como o lugar do acolhimento demonstra que o espaço não é apenas utilizado para a prática e a transmissão dos saberes do jongo, mas também, onde se salvam a vida de pessoas que enfrentam diferentes dificuldades, mas que insistem em cantar e dançar nas rodas de jongo. Como me disse Alexandre Belisário:

Tem que mostrar aqui é a sua raça. Isso foi construído por pessoas que morreram e que lutaram por isso. Tem que ter respeito pelas pessoas que morreram, que foram escravizadas, que morreram em navio por isso aqui. A gente tem que ter emoção e coragem para falar que iremos lutar por isso. O jongo é quilombola, porque foi feito por pessoas que morreram por isso aqui. (Alexandre Belisário, 2017).

---

12 Ponto de jongo do Grupo Jongo de Pinheiral e criado pelo Mestre Cabiúna.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha et al, 2010, p. 18. Relatório Antropológico de Caracterização Histórica, Econômica e Sócio-Cultural do Quilombo de Pinheiral. Niterói: UFF/ Inca – SRRJ, 2010.
- CAMPOS, Thiago. A força da escravidão ao sul do Rio de Janeiro: os complexos de fazendas e a demografia escrava no Vale cafeeiro na segunda metade do Oitocentos. In: MUAZE, Mariana & SALLES, Ricardo (orgs). O Vale do Paraíba e o Império do Brasil nos quadros da segunda escravidão. 1ª edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- COSTA, Rogério e GONDAR, Josaida. Entrevista com Felix Guatarri. Paris, 12 de Agosto de 1992. Texto apresentado no Simpósio A Pulsão e seus Conceitos. Promovido pelo Núcleo de Estudos da Subjetividade. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.
- CUNHA, João Alípio et al. Fazer com, em diferença: desafios do “outro” como sujeito nas políticas culturais. Livro de Atas do 1º Congresso da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa, p.p. 8963 – 8975, 2015.
- \_\_\_\_\_. Eu vim sarava terra que eu piso: A Casa do Jongo e o Turismo Comunitário em Pinheiral – RJ. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- LUCINDA, Maria da Consolação. Territórios Religiosos. Conexões entre passado e presente. 1ª edição. Curitiba: Appris, 2016, 285 p.
- MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Termo de Ajustamento do Município de Pinheiral. Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, 2016.
- MONTEIRO, Elaine e SACRAMENTO, Mônica. Pontão de Cultura de bem registrado e salvaguarda de Patrimônio Imaterial: a experiência do Jongo no Sudeste. Políticas Culturais: teorias e práxis. Casa Rui Barbosa, 2010.
- IPHAN. “Caxambu, jongo e tambor”. In: Dossiê Iphan: Jongo no sudeste. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2007. Disponível (on-line) em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos\\_jongo\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PatImDos_jongo_m.pdf)
- RABELO, Miriam. Enredos, feitura e modos de cuidado: dimensões da vida e da convivência no candomblé. Salvador: EDUFBA, 2014.
- VIANNA, Letícia. Inventário Nacional de Referências Culturais. Dossiê 5: Jongos do Sudeste. Brasília: IPHAN, 2008.